

# O Estado, a Antropologia do Estado e o privilégio branco

**Juliana de Farias Mello e Lima  
(UERJ)**

Oi, gente. Bom dia. Queria começar agradecendo aqui não só a apresentação do Paulo Victor e a mediação do debate, a atuação também do Mateus aqui nos bastidores, da comissão de comunicação da ABA, e agradecer muito ao convite do professor Osmundo, que infelizmente está em trânsito. A gente espera depois continuar essa conversa, e tá sendo muito bom acompanhar o webinar. Eu tenho assistido, e, hoje, poder ouvir aqui a professora Jacqueline Pólvora, que é uma grande referência, e a Jaqueline Santos, que eu tava lá em Campinas quando ela levou os Racionais para Unicamp, e eu acho que eu já admirava o trabalho antes, depois disso, fiquei muito fã mesmo. E o Jaime Alves, que, poxa vida, tá até na bibliografia do curso que eu tô dando agora aqui na UnB pela linha de gênero e raça. Enfim, então eu fico muito feliz mesmo de estar participando e eu vou começar citando algo que eu escutei no webinar anterior que foi “Descolonizando o ensinando de Antropologia na graduação”, mas sobre povos indígenas. E nesse dia, foi em julho, o professor Florêncio Vaz, da UFOPA, que foi diretor de ações afirmativas lá na UFOPA e trouxe essa informação, também, de que é uma das universidades brasileiras que têm mais estudantes indígenas. Então, compartilhou experiências muito interessantes, e uma das coisas que ele trouxe, que é a partir desse diálogo que eu quero começar, é que a gente não tem só que conhecer conceito; a gente precisa ter uma atitude que seja descolonial e que isso se transforme numa busca constante, e que essa busca constante, ela vai ter a ver necessariamente com uma desobediência às

ciências eurocentradas. Então, isso passa necessariamente por... e a gente tem aí colegas que me antecederam que já trouxeram essa questão do poder. Porque você ter esse posicionamento de desobediência é necessariamente olhar com muita seriedade para a discussão de poder e para o próprio poder, que não tá só fora da gente. Então é tornar esse exercício uma prática cotidiana. E aí, as reflexões que eu trago hoje estão muito em diálogo com essa proposta, e os colegas que me antecederam trouxeram isso também. Porque eu acho que é isso que a gente precisa entender e levar a sério, que a gente tá falando de uma tarefa diária, de uma tarefa rotineira, ainda mais para pessoas brancas, como eu.

E aí, justamente para me localizar, eu faço uma parte bem básica que compõe esse exercício que eu entendo que é não pular, não negligenciar essa etapa da minha apresentação. Então, eu não vou fazer uma audiodescrição, mas trazendo outros elementos que eu aprendi em campo. Então, eu sou uma mulher branca, de cabelo curto, uso óculos, estou com uma blusa branca, tô no meu escritório em casa, não tô na UnB nesse momento. E para além desses elementos, eu aprendi em campo, e eu já vou falar qual foi esse campo, que existe uma diferença muito importante para a gente se perceber ou se apresentar em termos raciais no Rio de Janeiro — que é de onde eu sou e onde eu me graduei e dei continuidade a minha formação na pós-graduação —, que é você ser do asfalto ou ser da favela. Essa é uma diferenciação que, no Rio de Janeiro, também é uma diferenciação que diz sobre raça. Não diz apenas sobre classe, território, diz também sobre raça e diz sobre processos de criminalização e quem é alvo desses processos e quem não é. Então, eu aprendi em campo com o movimento de mães e familiares de pessoas que foram executadas pela polícia ou pelo exército, enfim, diferentes braços armados do Estado, que quem diz se você é branco ou negro é a polícia. Se para a polícia você é visto como negro, você é negro. Se para a polícia você é visto como branco, você é branco, para além dos outros elementos que compõem esse pertencimento racial, se a gente assim quiser dizer. Então, eu vou trazer aqui muito do que eu aprendi com esses movimentos de mães e familiares.

Eu sempre falo isso nas minhas apresentações: eu trabalho com Antropologia do Estado e eu não saberia olhar para o Estado e para violência racista desse Estado se eu não tivesse convivido com essas pessoas, porque o Estado que eu via só do asfalto era outro, e a violência que eu posso enxergar a partir desse asfalto branco, ela também é outra. Então, eu trago uma parte desse aprendizado, que começa lá em 2003, 2004. Eu estava no fim da minha graduação na UERJ. Certamente Paulo Victor tá aqui também, né? A formação é algo que já nos traz, por conta também das políticas de ações afirmativas e as cotas, um momento de aprendizado, na graduação, que já é muito importante. Então, mesmo antes das políticas de ações afirmativas, já tinha uma proposta da UERJ, os cursos noturnos, considerando as pessoas que trabalham durante o dia, e essa diferenciação colocada pelos próprios estudantes, de quem faz a graduação de manhã era “leite com pera”, quem fazia graduação à noite eram as pessoas que precisavam correr atrás. E eu fui do turno da manhã, não vou esconder isso também, bem leite com pera mesmo, assim, padrão. Então todos esses aprendizados, eles me proporcionaram ter um posicionamento em relação à pesquisa, em relação ao que eu tô buscando construir também enquanto professora nesse momento.

E aí uma das coisas que eu quero compartilhar é que, nessa relação de aprendizado, uma das coisas que eu aprendi mais rápido é que essa relação universidade-favela, universidade-periferia, ela tem muita semelhança com a relação asfalto-favela que eu tô trazendo aqui. Porque tanto marcada por um processo mais imediato de criminalização das pessoas e dos territórios de periferia, que pode ser mais imediatamente associada à direita, por exemplo. Mas, por outro lado, ela também é marcada por um posicionamento muito baseado na culpa branca cristã de querer salvar essas pessoas, querer levar algo, de querer ensinar algo, e assim, em geral, é um posicionamento que aparece na esquerda e na Antropologia branca salvacionista também. Então eu escutei ao longo da minha trajetória muita gente me parabenizando por dar voz a essas pessoas nas minhas pesquisas, e eu, sempre que posso, com mais ou menos educação, eu respondo que eu

não dei voz a ninguém. Porque, quando eu cheguei nesses protestos, nos atos públicos, que foi por onde eu comecei a acompanhar esses movimentos, eu ouvi discursos incríveis do alto de carros de som ou dos megafones. Primeiro, não foi a academia que forneceu nenhum desses equipamentos e nem a própria análise que eu estava escutando, que eram análises políticas muito complexas, não eram testemunhos, como também escuto muito esse tipo de discurso ser tratado, inclusive para análises. Eu não acho que seja o caso de a gente escutar testemunhos nessas situações. A gente tem escutado cada vez mais análises políticas muito consolidadas e complexas, e que muitas vezes não são entendidas dessa forma. Porque até hoje, a gente está em 2023, a Antropologia esquece de uma das suas lições básicas, que é não hierarquizar saberes. Então, uma das coisas que eu quero trazer é esse ponto, que a não hierarquização dos saberes, ela não pode estar só no texto para o texto ficar bonito. Ela tem que valer para nossa vida, ela tem que valer para pesquisa, para as relações que a gente constrói em campo, e por aí vai.

E aí uma outra parte desse aprendizado tem a ver obviamente com o meu circuito universitário, e aí eu queria trazer, enfim, parte das ideias que eu fui acumulando, as reflexões que eu fui acumulando nesse trânsito como professora, como aluna, como palestrante, porque, na verdade, eu não tô fixada ainda como professora efetiva em nenhuma universidade. Então eu somo aqui os dez anos de circulação que envolvem ser professora substituta na UERJ. Atualmente eu tô como visitante na UnB, mas eu passei por estágio de docência e pós-doutorado na Unicamp. Enfim, o que eu quero deixar registrado aqui é que eu não trago hoje uma reflexão a partir de uma única universidade e nem de um único estado do Brasil. E aí eu quero falar um pouco das salas de aula, eu estando lá como aluna, como professora ou como colega de outras professoras e professores, e uma coisa que eu acho importante para essa conversa é que essas salas de aula não são isoladas do mundo, não existe mais essa conversa de (inaudível). E por muito tempo pareceu confortável, e eu acho que para alguns grupos de professores ainda parece confortável, falar das favelas e das periferias como se lá fosse, as favelas e periferias, um lado distante, não apenas para o deslocamento dos

antropólogos, mas também um “lá” que mantém as pessoas que residem nas periferias distantes da universidade. Porque tem um conjunto de professores desse nosso campo que ainda estão ali, impermeáveis a qualquer outra presença que não seja branca, que não seja poliglota, ou pelo menos trilingue, que não fale a norma culta da língua, baixa, pausada, que não sigam uma etiqueta de vestimenta produzida e aceita pela elite branca. E tem um outro dado que eu não acho menor: essas pessoas não podem estar suadas, e daí também eu penso nessa impermeabilidade da branquitude que não aceita nenhuma diferença, nem o suor. E não suar no Brasil, ao menos do Norte ao Sudeste, é algo que é praticamente impossível, só consegue se tiver blindagem de ar-refrigerado muito perene. Tem gente que parece que tá com o ar-refrigerado instalado, assim, na própria epiderme. Brincadeiras à parte aqui, o ponto que eu quero trazer é que ainda hoje existem essas figuras em sala de aula que não querem que a periferia esteja presente ali a não ser como o objeto de pesquisa.

E aí, quando eu falo desses aprendizados, tanto com os movimentos de mãos e familiares quanto com as leituras que eu tive a oportunidade de fazer na universidade, quando eu falo de leituras, eu tô falando de texto e eu tô falando do que a gente lê na rotina, em reuniões, em palestras, em seminários, em congressos e etc. Eu aprendi a como olhar para as periferias. Nesse caso, passou necessariamente também por aprender a enxergar a presença do Estado nessas periferias. E aí desse lugar eu também aprendi a enxergar a branquitude do Estado, os efeitos desses pactos. E aí eu tô aqui acionando a definição de cidadão, dos pactos da branquitude e como a gente não pode esquecer que a universidade pública também é um segmento de Estado, que é um direito da população, não é um presente concedido por esta ou aquela figura governamental. Mas eu ainda vejo muitos professores conservadores que agem como se a pessoa que tá ali naquela sala de aula, ela estivesse recebendo esse presente. Essa lógica do presente é uma lógica que traz inúmeros problemas para diferentes campos das políticas públicas, não só da educação, mas eu vou trazer aqui dois. O primeiro, que é mais simples, que é retirar o ensino público da esfera de um direito que

é garantido por lei, e o segundo, que decorre do primeiro, necessariamente, que esse presente não é algo dado a qualquer pessoa. A pessoa tem que merecer. E aí rapidamente se escorrega para essa lógica meritocrática que só beneficia, na verdade, quem já é privilegiado sobre uma capa de que estudou, que se esforçou, portanto, merece tá ali. Então o grupo de merecedores, ele é formado por essa maioria esmagadora branca, uma maioria que enxerga aquela vaga com as mesmas lentes desse professor: a vaga é um presente do Estado, esse aluno merece estar ali, afinal, ele não faltou a nenhuma aula particular de Biologia, de Física, de Química, de Matemática, de História, de Geografia, de Gramática, de Literatura, de Redação (porque tem curso particulares para boas redações de vestibular). Não faltou nenhuma aula do curso de inglês. Ainda se esforçou muito para fazer um intercâmbio, fez aulas práticas de inglês britânico em Londres. É muito esforçado esse aluno, o aluno merecedor, ele sacrificou as férias que ele tinha para fazer isso porque ele é muito dedicado, então ele merece aquela vaga.

E aí, nessa lógica, o estudante negro, o estudante indígena, os estudantes periféricos, ele é uma exceção quando ele é extremamente dedicado e está ocupando aquele lugar, ele é visto como uma exceção, é uma exceção na família dele, é uma exceção no bairro dele, é uma exceção na cidade dele muitas vezes. E aí esse estudante que é aprovado acionando lei de cotas e políticas de ações afirmativas em geral, ele não vai ser visto por esse corpo docente conservador como merecedor, porque esse corpo docente já não enxergava essa vaga como um direito a um ensino. Como ele vai enxergar também as políticas de ação afirmativas como o direito conquistado através da luta dos movimentos sociais, como que ele vai fazer isso? Como que ele vai deslocar esse olhar para enxergar essa vaga como um direito que foi conquistado pela luta dos movimentos negros e indígenas no Brasil? E ainda que essa recusa das políticas de ações afirmativas, ela não apareça de forma explícita, porque isso atualmente pega mal, votar contra cotas, vão pensar que essa pessoa é de direita. O branco não pode perder esse lugar de unanimidade, né? Ele está sempre preocupado com o bem comum, que só existe na cidadania Universal europeia, mas, ainda assim, né?, isso

é acionado muitas vezes. Então, ainda que ele faça um voto pró-cotas por vergonha, na rotina administrativa do departamento, ele vai argumentar por caminhos de forma que as políticas de ações afirmativas não aconteçam efetivamente.

E daqui eu quero passar para falar desse lugar da exceção, que esse lugar da exceção, ele é o mesmo lugar utilizado durante o julgamento dos policiais que executam os jovens negros nas favelas. Então ele vai aparecer na fala do promotor, na fala do assistente de acusação, ele vai falar que aquele jovem, ele não podia morrer, aquele especificamente não podia ter sido assassinado porque ele foi um bom aluno, porque ele frequentava a igreja, porque ele fazia curso de computação. E aí ele precisa convencer os jurados do Tribunal do Júri, que também é formado por uma maioria esmagadora branca, que aquele jovem, ele era uma exceção, ele não merecia morrer. Não fosse aquele jovem uma exceção, ele poderia, sim, ser executado, como a maioria dos outros jovens negros que o Estado mata nas favelas e nas periferias do Brasil, né? E aí esse posicionamento, que enxerga o estudante como exceção, se assemelha muito a esse posicionamento, esse olhar que também embasa esse racismo de Estado, essa lógica de Estado, a racionalidade de Estado que está em funcionamento.

Então eu acho que, para encerrar, a gente tem que ter um posicionamento em sala de aula que bata de frente com esse modelo. É isso que eu tô buscando fazer. E aí isso inclui você trabalhar um recorte de pesquisa de uma forma séria. Eu explico que o meu objeto é o Estado, nunca foi o movimento de familiares. O movimento de familiares me ensinou a olhar para o Estado, foi a interlocução, em contato com essas pessoas, porque eu aprendi a olhar para o Estado. Então, a gente insiste em trazer para sala de aula esses textos que explicitam a construção da favela, dos seus moradores das periferias brasileiras como o inimigo que precisa ser combatido. Essa construção, ela até hoje é questionada, nas políticas de segurança pública em especial, mas não só. Então é entender que esse racismo de Estado, ele não pode ser discutido em meias palavras. É usar o famoso papo reto, que é tão valorizado nas periferias e tão evitado nos circuitos da branquitude.

E aí, bom, para finalizar, eu quero dizer que aqui eu também tô dialogando diretamente com uma definição de decolonialidade que o professor Joaze Bernardino Costa trabalha que, enfim, está presente em outras publicações, mas no livro *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, que é uma definição que não está restrita a um conjunto de autores. Importa porque, na construção que ele tá fazendo, importa mais a gente conseguir aprender os processos de resistência e de luta afro-diaspóricas aqui no Brasil. Então, eu encerro com essa ideia, de que a gente possa seguir esse diálogo, essa busca na nossa rotina de ensino, pesquisa e extensão, sabendo que a gente aprende, tanto ou mais, com os processos de luta dentro e fora da universidade. Obrigada.